



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Receita

**ASSUNTO** : DECRETO Nº 45.417/15. VEDAÇÃO AO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO ESPECIAL.

**CONSULTA EXTERNA Nº 019 /16**

## **I – RELATÓRIO**

Em sua petição inicial (fls. 03 a 06), devidamente assinada (fls. 34 a 38) e acompanhada do recolhimento da taxa de serviços estaduais (fls. 08 a 10), a consulente efetua o questionamento a seguir reproduzido:

*"Com base em todo o exposto questiona-se a compatibilidade do disposto no parágrafo 1º do artigo 4º do Decreto nº 45.417/2015, com caput do referido artigo. À luz do exposto, questiona-se se a vedação à aplicação do diferimento e à redução da base de cálculo aplica-se às importações de produtos embalados industrialmente ou tão somente àquele fracionado em porções de até 5kg e a partir de quando".*

## **II – ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente, registre-se que, em se tratando de questionamento relacionado ao Decreto nº 45.417/2015<sup>1</sup>, e, conforme informado pelo consulente, especificamente ao seu artigo 4º, entendo ser necessária a observância ao artigo 111 do Código Tributário Nacional.

O *caput* do artigo 4º prevê hipótese em que não será permitida a aplicação dos tratamentos tributários especiais contidos no artigo 2º e 3º do Decreto nº 45.417/2015. O parágrafo primeiro, por sua vez, prevê que a vedação contida no *caput* do artigo 4º não se aplicará também<sup>2</sup>, *"após 180 (cento e oitenta dias), contados a partir da publicação"* do mencionado Decreto, *"ao produto embalado em porções de até 5Kg (cinco quilogramas), ainda que a embalagem seja apenas para o seu transporte"*. Ou seja, após o supracitado prazo de 180 dias, o diferimento e a redução de base de cálculo de que tratam os artigos 2º e 3º do Decreto nº 45.417/2015 não se aplicarão também, *"na hipótese de mercadoria importada"*, *"ao*

<sup>1</sup> Registre-se a existência de importantes disposições normativas contidas no artigo 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal, Lei Complementar nº 24/75 e Convênio ICMS nº 24/75.

<sup>2</sup> S.m.j., ao especificar que a vedação se refere *"ao produto enlatado, cozido ou embalado industrialmente"*, supõe-se que o *caput* do artigo 4º não excluiu, da possibilidade de aplicação do tratamento tributário previsto nos artigos 2º e 3º, e na hipótese ali prevista (*"mercadoria importada"*), todos os tipos de produtos.

*produto embalado em porções de até 5 Kg (cinco quilogramas), ainda que a embalagem seja apenas para o seu transporte”.*

### **III – CONCLUSÃO**

Realizados os comentários acima, são estas as considerações que interpreto cabíveis à luz do disposto na legislação tributária fluminense.

Esta consulta não produzirá os efeitos que lhe são próprios caso seja editada norma superveniente que disponha de forma contrária à presente resposta dada.

CCJT, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2016